

## PEDRO CALMON, UM INTELLECTUAL COM A FUNÇÃO AUTOR?

Maria Neuma Mascarenhas Paes<sup>1</sup>

**RESUMO:** *Este trabalho procura evidenciar as condições de funcionamento de práticas discursivas, as quais possibilitaram ao intelectual Pedro Calmon agrupar seus discursos em torno de unidades discursivas e se constituir como um intelectual com a função autor.*

**Palavras-chave:** Intelectual; Função autor; Instaurador de discursividade .

### INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos algumas reflexões sobre as diversas atividades que exerceu Pedro Calmon, tanto no campo profissional como no campo cultural, as quais evidenciaram sua vida intelectual, na tentativa de situá-lo numa categoria de autor que exerceu uma função na sociedade e, conseqüentemente, ocupou um lugar de sujeito que vai além de autor que assina uma obra com seu nome próprio, mas, mesmo assim, não chegou a instaurar uma discursividade plena. Valendo-se para isto do entendimento proposto por Michel Foucault em sua obra *O que é um autor?* Nesta perspectiva, a função autor “é característica do modo de existência de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”. (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Para reconhecer como se exerce a função autor, conforme Foucault (2001, p. 279-280), é preciso que esta função esteja ligada a um sistema jurídico institucional que controla os discursos; é necessário que se reconheça a diversidade de atuação da função sobre os discursos, levando-se em consideração as épocas e civilizações distintas; além disso, não devemos atribuí-la, isoladamente, ao produtor do discurso, mas relacioná-la a uma série de operações específicas e complexas e, por fim, não diz respeito a um indivíduo real, mas à posição sujeito que o indivíduo ocupa.

Nesta categoria de autor proposta por Foucault, procuramos inserir a produção intelectual de Pedro Calmon, a partir de sua atuação na sociedade, pois sabemos que dedicou grande parte de sua vida ao ofício de professor de História do Brasil e de Direito constitucional, ao mesmo tempo em que exerceu cargos administrativos como Diretor e posteriormente Reitor da Universidade do Brasil. Além disso, atuou como membro de instituições culturais, entre elas, a Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e até mesmo como político. Essas funções, em instituições juridicamente reconhecidas, acabaram estimulando sua produção intelectual e fez dele um porta-voz da estrutura social, em que essas instituições se inscrevem, colocando-o na posição de um sujeito enunciador, que assume a função discursiva autor. Mas, a série de “analogias” e a algumas “diferenças”, que produziu, não nos permitem classificá-lo na categoria de autor que Foucault (2001, p. 281) chamou, de “instaurador de discursividade”.

Além disso, podemos dizer que sua formação intelectual processou-se em um período conturbado da História do Brasil, que vai de 1920 a 1935, período em que muitos intelectuais

---

<sup>1</sup> Especialista em Literatura Brasileira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA. Orientador: Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto. Bolsista da FAPESB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Análise do Discurso – NEAD. [neumapaes@terra.com.br](mailto:neumapaes@terra.com.br)

foram obrigados a se manter em silêncio como estratégia para preservar a própria sobrevivência. Nesse contexto, em que surgem novas práticas políticas no Brasil, é que escreveu e publicou suas primeiras produções intelectuais.

Pedro Calmon estreou na função de escritor-autor, em 1921, aos 18 anos de idade, n' *O Imparcial*, jornal matutino de Salvador. Sua função nesse jornal era a de redator das seções “Dia-a-dia” e “Sensações e Reflexões”, nas quais tratava sobre assuntos diversos, isto é, sobre História, Direito Constitucional e Religião. Mas aos poucos, foram aparecendo alguns contos que já denunciavam, também, seu interesse pela literatura tais como “História... como muitas”, “A caipora”, “O Presságio” e “A boiada” e outros, bem como crônicas que, depois de revistas, algumas delas compuseram a coletânea *Frisos e Sombras*, publicada pela Tipografia do Povo e divulgada em círculo restrito.

Nestas seções, verificamos que assinava seus escritos das mais variadas formas (P.C./ P. Calmon/ Pedro Calmon/ P. Calmon de Bittencourt) e muitas vezes não os assinava. Isto nos permite dizer que embora, neste momento, Pedro Calmon, ainda, não tivesse uma identidade bem definida que lhe garantisse o reconhecimento como autor, personagem histórico e sociológico, o mesmo não se pode dizer sobre seus escritos, pois já se delineava uma produção em torno de unidades discursivas, que se antecipa, como o gosto pela História, o compromisso com o Direito, a paixão pela literatura, o amor pela região natal, jamais esquecida, a valorização da cultura popular, que nos permite identificá-lo no jogo da função autor.

Os textos literários, nesse primeiro momento, em geral são curtos, mas já permitem observar nos escritos a preocupação com aspectos das tradições regionais; influenciado pelas impressões acumuladas em contato com a vida rural, demonstra preservar na memória paisagens do sertão baiano, com seus tipos, fatos curiosos, crenças e costumes. Percebe-se que se mantém fiel aos códigos moral e religioso do homem do interior, valorizando suas diferenças no conjunto dos tipos brasileiros, subordinando-os a uma moldura física e social.

Nesse sentido, as primeiras experiências ficcionais de Pedro Calmon apresentam características próprias do regionalismo pré-modernista. Segundo Alfredo Bosi (1978, p.56), “os regionalistas típicos esquivam-se aos problemas universais, concentrando-se na estilização de seus pequenos mundos de província, cujo passado continuava virgem para a literatura brasileira”. Foram eles “narradores de casos da vida rural, amantes de quadros animados e de cenas idílicas ou dramáticas”. O pré-modernista regionalista é, sobretudo, um contador de “estórias” que se passam em ambientes carregados de atmosfera de suspense, mistério; os dramas expõem quase a tensão e possuem desfechos inesperados. Por outro lado, não deixam de evidenciar aspectos moralizadores, próprios também da cultura popular e regional.

Assim, podemos dizer que a produção intelectual de Pedro Calmon, naquele momento, encontrava-se filiada a uma série de “operações específicas e complexas”, que nos permitem reconhecer um sujeito de discurso que se subjetiva nestas formas regionais e passa a ocupar um lugar no universo discursivo de sua época.

Em 1923, Pedro Calmon foi consagrado na função autor, pelo mundo literário com o livro de contos *Pedras D'armas*, editado pela editora Monteiro Lobato & Cia., em São Paulo. Conforme Lizir Arcanjo Alves<sup>2</sup>, em 28 de abril do mesmo ano, este livro foi recomendado pela *Gazeta de Notícias* na seção “Livros a ler”, endossando dessa forma a inserção de Pedro Calmon no mercado editorial.

Seus escritos sobre História, nesse primeiro momento, partem da compreensão da constituição do Estado nacional. Em artigo publicado n' *O Imparcial*<sup>3</sup>, toma como objeto de análise a Revolução sul-americana e afirma que não houve uma liderança nacional autêntica,

<sup>2</sup> Suplemento A Tarde Cultural, 14/12/2002, p.8.

<sup>3</sup> Jornal *O Imparcial*, “Dia a dia – Nos bastidores da História”. Salvador, Ba. 08 de mar. 1921. p.1

pois Bolívar e todos os líderes que se destacaram nas lutas revolucionárias são descendentes dos mesmos espanhóis que destruíram a civilização dos Incas. Dessa forma, Pedro Calmon exige uma base étnica e social natural para legitimar a transferência de poder, pois, segundo ele, não houve uma descontinuidade, uma vez que o processo de independência desses países foi liderado pelos descendentes dos colonizadores espanhóis que haviam colonizado os povos que habitavam esse continente.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pedro Calmon escreveu uma série de artigos sobre as Constituições Latino-Americanas, entre elas a brasileira, em que questiona suas originalidades, pois, segundo ele, advêm de adaptações de constituições européias principalmente da francesa.

No caso particular do Brasil, Pedro Calmon manifesta sua insatisfação e descrença na República a partir da guerra que destruiu a comunidade sertaneja que se rebelara contra os procedimentos republicanos. No artigo “A Derrocada<sup>4</sup>”, Pedro Calmon retoma o fato de Canudos, com uma linguagem poética, rebuscada, sem citá-lo diretamente, talvez por se tratar de assunto ainda muito recente e intocável que mexeu com as estruturas republicanas, para expor sua insatisfação com a República, pois, em nome do progresso, cometera atrocidades contra o povo sertanejo. Sirva de exemplo o trecho seguinte em que descreve as tropas do Exército brasileiro adentrando a caatinga com seu arsenal moderno contrastando com um cenário desolador de uma região devastada pela seca:

As caatingas requeimadas listram-se de compridos cordões de gente armada que se move em desordem pelas estradas ínvias (...) nas matas fechadas, os aceiros silentes reboam ao passo forte das cavalhadas em fio, e as picadas perdidas iluminam de ferro novo, como fartos vieiros (...) de metal.

A seguir, em um cenário que descreve o confronto do Exército brasileiro com a comunidade de Canudos, alheia aos recursos da guerra moderna e arredia às leis instaladas pelo regime republicano, e que foi tomada de surpresa em uma guerra de facção enfrentando artilharia, assunto que os historiadores, naquele momento, não ousavam tocar para fazer uma análise histórica propriamente dita, ou seja, ouvir também as vozes dos vencidos para chegar mais próximo da verdade dos fatos, pois as versões assumidas e divulgadas dos fatos estavam comprometidas em reafirmar o ponto de vista do poder, Pedro Calmon levanta a voz e se mostra solidário com aquela comunidade que tivera seu sonho libertário destruído:

Pelos chapadões mudos, desfeitos além na revolta brusca de franças verdes (...) a caudilhagem intemorata arremessa regimentos sujos, - que nas rasgadas correrias de assolação e catástrofe alastram em imundos escarcheos, esbatentes na frente da taipa irresistente dos vilarejos e na coberta mansa dos povoados quietos. E a sanha do cangaceiro não se contém diante dos pousos da honestidade e da paz: irrompe avante atropela, afogueia, vara e derrui, de garras recurvas fincadas nos pomos ricos da abastança particular, ignorante de garantias e de direito, avesso às leis e ao respeito, deturpador, vândalo e ladrão, como soe a espurícia na (...) degradação da psicopatia delinqüente.

Entretanto, entendemos que o propósito de se solidarizar com a comunidade sertaneja, que se rebelara contra a República e tivera que enfrentar o Exército brasileiro converge para um ponto de identificação, em que ambos reafirmavam a “Monarquia Portuguesa” como regime ideal para o Brasil, pois, conforme Ubiratan Castro de Araújo (1998, p.56), o aspecto marcante

---

<sup>4</sup> Jornal *O Imparcial* “Dia a dia – A Derrocada”, Salvador, Ba. 08 abr. 1921, p.1

na obra de Pedro Calmon é o reconhecimento da “Monarquia Portuguesa, a casa real e a corte e o povo português como empreendedor da conquista da América portuguesa”.

A partir dessa primeira experiência de produção intelectual no campo ficcional, da História e do Direito, sua atuação expandiu-se e ganhou grandes proporções. Além das biografias, escreveu monografias sobre a Casa da Torre, a Faculdade Nacional de Direito, o ministério da justiça, a fundação da Bahia, a independência, a revolta dos malês e a idéia de estado e direito.

Vale ressaltar que sua passagem pelo jornal *O Imparcial* durou pouco mais de um ano, pois logo veio o convite para servir como secretário da Comissão Nacional dos Congressos da Independência, no Rio de Janeiro, capital da República, que, desde o século XIX até os anos 60, acolhia todos os intelectuais que partiam de seus locais de origens em busca de maior visibilidade, para isso, nada melhor que o centro do poder. O próprio Pedro Calmon nos conta em suas memórias (1995, p. 95) como foi difícil tomar a decisão de partir em busca de reconhecimento nacional: “doeu-me porém a despedida, aquilo, de abandonar o costume em troca do futuro: de não voltar à faculdade e à gazeta, de não ser quem dantes fui: entre os meus...”

Não demorou muito para se tornar notório pelas sínteses que elaborou como *História da Civilização Brasileira*, *História da Bahia* (de 1926 para 1927 escreveu esta obra sob encomenda do governador Góis Calmon) *História Social do Brasil* (em três volumes), *História do Brasil na Poesia do Povo e a História do Brasil* (em sete volumes).

A obra *História da Civilização Brasileira* foi publicada em 1933, período em que exercia o cargo de Conservador do Museu Histórico Nacional e de professor de História da Civilização Brasileira. Nesta obra procura fazer uma síntese da formação da civilização brasileira, desde o processo de ocupação do território brasileiro até sua exploração econômica, faz constar também aspectos sociais, culturais e políticos-administrativos, de forma a incluir as regiões e as raças, que compõem o povo brasileiro. Nos dois primeiros volumes, Pedro Calmon explica que a metodologia aplicada é a de apreciação sintética da evolução do Brasil, enquanto, no terceiro volume, procura se justificar quanto ao método utilizado para o período republicano, ainda muito recente para que se possa fazer uma apreciação histórica mais apurada.

No ano seguinte, esta mesma obra foi publicada em versão para a escola primária e, conforme declaração do próprio autor, os assuntos abordados resultaram dos programas das disciplinas que lecionava tanto no Colégio Pedro II como no Museu Histórico Nacional.

Embora Pedro Calmon tenha desempenhado uma carreira pública como político e administrador, grande parte de sua produção intelectual está vinculada ao ofício de professor, portanto, tem um caráter, ou melhor, uma função eminentemente pedagógica em que o sujeito educador se confunde com o sujeito historiador.

Conforme Said (1993 p.23 *apud* Gramsci), todo homem é um intelectual, mas o que faz do homem um intelectual é seu desempenho na sociedade, que permite classificá-lo em dois grupos distintos: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. No primeiro grupo, inclui os professores, os eclesiásticos e os administradores, aqueles que desenvolvem um tipo de trabalho geração após geração e são imutáveis. No segundo grupo, inclui os indivíduos que estão envolvidos de forma ativa, sempre em movimento para a transformação da sociedade e acabam sendo os responsáveis pelos avanços da sociedade moderna.

De acordo com a concepção de Gramsci, podemos dizer que Pedro Calmon é um intelectual tradicional, um intelectual ilustrado, à maneira do intelectual universal, pois seu interesse era transmitir conhecimento que tivesse compromisso, ao mesmo tempo com a “verdade histórica” - história como ciência - e com a memória histórica – instrumento de auto-identidade de uma cultura, só que a partir de um ponto de vista que expõe o foco de interesse do historiador situado em seu próprio tempo, distante, portanto, daquele intelectual idealizado por

Said (1993, p.28) com um papel específico na sociedade, “cuja razão de ser é representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete”, pois o compromisso de Pedro Calmon com o conhecimento histórico, conforme Arno Wehling (1998, p.08), era a reconstituição histórica para atender a três necessidades:

A de explicar, pelos fatos averiguados, a contextura moral das coletividades; a de ensinar as novas gerações; e a de assegurar a permanência das culturas, que instintivamente desejam sobreviver.

Como podemos verificar, o interesse de Pedro Calmon centrava-se na conservação da tradição cultural e, para isso, não levava em consideração a questão do valor que envolve as questões sociais e morais do conhecimento que estimulam a transformação. Até porque, conforme Ubiratan (1998, p. 56) “a sua abordagem não é de ruptura com o passado português, mas é de continuidade”.

Arno Wehling (1998, p.07) ressalta que o pensamento histórico de Pedro Calmon é explicado por ele mesmo na introdução do livro *História do Brasil*, no qual separa a concepção mitológica ou heróica marcada pela ausência de fontes, portanto, suplementar à história, da visão histórica propriamente dita que se encontra nos documentos e nos monumentos. O próprio Pedro Calmon, em suas memórias (1995, p.271), faz questão de dizer que, na edição de 1959, explica que esta obra seria “um retrato inteiro e harmônico da nação, desde a sua raiz selvática até os dias que correm” e que se trata de uma história factual.

José Calazans (1998, p.19), por sua vez, ao analisar as correntes historiográficas que deram sustentação à obra *História Social do Brasil*, que trata da evolução histórica do Brasil, composto de três volumes: O primeiro *Espírito da Sociedade Colonial*, dedicado ao Brasil colônia de Portugal; o segundo *Espírito da Sociedade Imperial*, dedicado ao Brasil monárquico e o terceiro *A Época Republicana* publicados entre 1934 a 1939, conclui que, apesar de Pedro Calmon não se referir às novas idéias historiográficas da Escola dos Anais, já dava seus primeiros passos, em França, sob a influência de Marc Bloch e Lucien Febvre e fundamentar sua sustentação teórica em uma historiografia clássica, vale-se, em muitos momentos das práticas sociais como instrumento de análise, “constitui assim uma espécie de abertura em direção à sociologia e à psicologia social” (1998, p.22).

A representação do intelectual, comprometido simultaneamente com a ciência histórica e a memória histórica, está sempre presente em sua obra. Tomo como exemplo a obra *A Bala de Ouro*, publicada em 1947, em que relata um crime ocorrido na sociedade baiana, no século XIX, ocasião em que este completava 100 anos. Pedro Calmon retoma o fato que se mantivera guardado na memória coletiva e faz deste um ponto de encontro das memórias histórica, social e mítica que se entrecruzam na narrativa, de modo que não sabemos onde começa a história propriamente dita e termina a ficção.

Podemos dizer que Pedro Calmon dedicou grande parte de sua vida à educação e à cultura, até mesmo sua vida política como deputado estadual (1924-1928) e deputado federal (1935) pela UDN<sup>5</sup> da Bahia, cujo mandato fora interrompido pelo Estado Novo, foram dedicados a estas causas. Na condição de deputado federal, em seu primeiro projeto legislativo, reivindicou que fosse criada a Universidade da Bahia. Sonho que só veio realizar-se dez anos depois, quando presidiu, no salão nobre da faculdade de medicina, a criação desta universidade. Assim, conta Pedro Calmon em suas memórias (1995, p.239).

No dizer de Edward W. Said (1995, p.17), o dever do intelectual é atuar com uma certa independência “como exilado e marginal, como amador e como autor de uma linguagem que

<sup>5</sup> União Democrática Brasileira.

tenta falar verdade ao poder”, pois o papel do intelectual deveria ser o de prestar serviço à humanidade, assumindo um compromisso público no entendimento do bem-estar do homem, mesmo que para isso tenha que mexer em questões delicadas, ditas intocáveis e para isso só é possível mantendo-se afastado dos mecanismos do poder político-social. Entretanto, Pedro Calmon é um homem de seu tempo, que precisou dos cargos públicos, ora como professor, ora como administrador e ora como político para garantir-lhe a sobrevivência. Este procedimento era muito comum entre os intelectuais de sua época, que atuavam como funcionários públicos ou políticos, colocando-se a serviço de políticas partidárias e com isso acabavam perdendo a autonomia intelectual.

Pedro Calmon exerceu com vigor a função de intelectual nos moldes acima referidos. Comprovou sua capacidade de representar tanto para escrever como para falar e, conseqüentemente, obteve um reconhecimento público notável. Foi endeusado por muitos como “um sobredotado”, enfim, um intelectual à maneira como pensou Julien Benda, (In: Said , 1993, p.24) e esquecido por outros por desconsiderarem suas idéias.

Porém, o reconhecimento institucional de seu desempenho intelectual, desenvolvido ao longo de quase sessenta anos (1920-1980) no campo da Literatura, do Direito e da História, como pesquisador dedicado à identificação da formação da nação brasileira, desde sua ocupação até a República numa perspectiva clássica dos estudos históricos, permite-nos identificar um sujeito que, durante a vida intelectual, procurou manter a coerência nos discursos, subjetivando-se nestes discursos na condição de enunciador para assumir a função-autor. Mesmo assim, sem trazer algo, relevantemente, polêmico ou transformador, chamado por Foucault de “diferente”, que lhe garantisse o *status* de “instaurador de discursividade”.

## REFERENCIAS

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Anais do Curso Pedro. Calmon*. Jafé Teixeira Borges (Coordenador) – Empresa Gráfica da Bahia, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Pedro Calmon vida e glória*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1986.

CALMON, Pedro. *A bala de ouro: história de um crime romântico*. 2. ed. Atual. Salvador, BA: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1998.

CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CALMON, Pedro. *Frisos e Sombras* (Chronicas). Rupografia do Povo: Salvador-Ba., 1921.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Col. Ditos & Escritos III.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: As palestras de Reith de 1993*. Org. Teresa Seruya. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

## FONTES

Suplemento A *Tarde Cultural* de 14 de Dezembro de 2002.

Jornal *O Imparcial* de Jan. a Dez. 1921.